

O BLOQUEIO NAVAL BRITÂNICO: A GUERRA CONTRA CIVIS (1915-1919)

UK naval blockade: a silenced war (1915-1919)

Bloqueo naval: una guerra silenciada (1915-1919)

Sylvia Lenz¹

Resumo: Lord Churchill, 1º. Ministro do Reino Unido e seu vasto império britânico, pretendia detonar a produção industrial, debilitar os civis para destruir a economia da Alemanha. Em novembro de 2014, deflagrou o bloqueio naval que impedia o acesso de navios mercantes a portos germânicos assim como dos países neutros. Tal bloqueio, mantido até a assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919, causou escassez de alimentos e matérias primas, além da inanição dos civis.

Palavras-chaves: Grande Guerra. Crianças. Embargo econômico. Inanição.

Summary: W. Churchill wanted to detonate the industrial production, weakening civilians to destroy the German economy. Flared, then the British naval blockade to prevent access of merchant ships to German ports and neutral countries. Such blockade continued until the signing of the Versailles Treaty, caused shortages of food and products as well as the German submarine warfare.

Keywords: Great War. Children. Economic embargo. Starvation.

Resumen: W. Churchill quería detonar la producción industrial, lo que debilita la población civil para destruir la economía alemana. Abocinada, entonces el bloqueo naval británico para evitar el acceso de los buques mercantes a los puertos alemanes y los países neutrales. Dicho bloqueo se prolongó hasta la firma del Tratado de Versalles, causó escasez de alimentos y productos, así como la guerra submarina alemana.

Palabras clave: Grande Guerra. Crianças. Embargo económico. El hambre.

¹ Universidade Estadual de Londrina.

1914/1919 - A GUERRA ECONÔMICA



Figura 1. Mapa do bloqueio naval britânico fecha o acesso aos portos alemães, principalmente os comerciais de Bremen, Hamburgo e Kiel no Mar do Norte e no Mar Báltico. contra comércio alemão

Fonte: <<http://www.studentpulse.com/articles/899/the-british-blockade-during-world-war-i-the-weapon-of-deprivation>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Em 2014, o centenário do conflito foi comemorado principalmente na Europa com a realização de vários eventos: exposições, simpósios, lançamentos de livros, debates nas universidades e oficinas nas escolas, além de diversas publicações. Vários autores lançaram livros acerca da deflagração da guerra, com as versões tradicionais e oficiais dos vencedores – ingleses, franceses e

americanos, e outras interpretações históricas de estudiosos alemães, austríacos, russos, escoceses, australianos, turcos e demais nações da Europa Oriental. Entretanto, poucas abordagens apresentam novas versões tais como as dos polêmicos Christopher Clark que, em *Os Sonâmbulos*, responsabiliza não só o imperador alemão, mas vários estadistas pela deflagração da guerra (CLARK, 2014)

de Jörg Friedrich, *14/18 – Der Weg nach Versailles*, que enfatiza o conflito no Front Oriental e fora da Europa.²

Inclusive na História Pública, acessível ao leitor comum, como revistas de banca de jornal e uma coleção – em nenhum delas há menção do bloqueio da fome – a *Hungerblockade* que tanto afetou os civis da Europa Central. Ao final da guerra, somente a Alemanha foi considerada culpada (com navios, locomotivas, submarinos confiscados) além de reparações no valor de 24 bilhões de libras esterlinas e cuja dívida foi quitada em setembro de 2010. Fato é que guerras são contadas na visão dos vencedores, os preferidos das editoras, principalmente no Brasil. A seguir, são citados alguns autores que abordam não só o bloqueio naval, mas o quanto isto afetou a economia alemã e o cotidiano dos civis, vitimados pelo embargo econômico.

Com projeto novo, em 2014, usei as matérias extras de jornais como o *Estado de São Paulo*, e publicações vendidas em bancas de jornal, tais como revistas e coleções de editoras diversas em uma disciplina do PPGHIS. A intenção era constatar o quanto as editoras mantiveram ou não a mesma versão oficial já veiculada há décadas, ou se haviam se atualizado e trazido algo de novo.

A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou a coleção *As Grandes Guerras Mundiais*, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o que já é um equívoco. Afinal, na Europa seiscentista, a Guerra dos 30 Anos

(1618-1648), implicou também na invasão holandesa na América e África Portuguesa. Ou seja, um conflito que abarcou três continentes em torno da disputa do comércio mundial. Na longa Guerra Fria (1947-1991), o mundo viveu sob a tensão de conflito nuclear ao ser loteado entre Washington e Moscou, além das áreas de influência como o então chamado Terceiro Mundo.

Os oito volumes acerca da Grande Guerra foram traduzidos do historiador militar inglês Gary Sheffield³; no 4º volume, ele trata da guerra no Atlântico, mas se restringe à guerra dos submarinos alemães contra navios britânicos no Canal da Mancha, sem demonstrar a real intenção de W. Churchill – detonar a economia alemã. Nas revistas, a abordagem segue linha semelhante, pois são matérias de jornalistas e historiadores britânicos ou franceses, os preferidos das editoras brasileiras. Notamos variações no formato, na relação reportagem/artigo com imagens, assim como na indicação de referências e fontes, nem sempre citadas.

Quanto aos livros lançados em 2014, que em geral restringiram-se ao ano da deflagração, tais como *Catástrofe – 1914: A Europa vai à Guerra*, do britânico Max Hastings e do australiano C. Clark, em *Sonâmbulos*, dentre outros. Porém, o professor americano de história militar e diplomática, Dr. Lawrence Sondhaus e o escocês Niall Ferguson⁴ abordaram os quatro anos de conflito, além do historiador Jörg Friedrich in 1914/1918, publicado na Alemanha em março de 2014, mas ainda não traduzido no Brasil.

A abordagem de Sondhaus abrange a guerra na Europa, no Oriente Médio, no Pacífico e nas colônias afro-asiáticas e apresenta certos

2 Apesar de austríaco, Friedrich é conhecido como historiador berlinense e também escreveu o livro *Brand* que logo tornou-se *best seller* com tradução para várias línguas, inclusive português, publicado como *Incêndio* pela Editora Record. Ele trata com pormenores os bombardeios aéreos lançados pelos britânicos sobre as cidades alemãs de 1940 a 1945. A Record tem primado em lançar autores que abordam o outro lado da História. O livro – *14/18 – A caminho de Versalhes* ainda não foi lançado no mercado brasileiro – são mais de mil páginas de história acerca da Grande Guerra.

3 Conforme site do autor <http://www.garysheffield-historian.com/?page_id=21>. Acesso em: 20 abr. 2015.

4 Ele é conhecido pela densidade de seus livros tais como *Civilização* (as várias), *Império* (o britânico), *Colosso* (o estadunidense).

detalhes em imagens e boxes elucidativos. No capítulo *Guerra no Mar*, há o bloqueio naval e cita o jurista Earl Willis Crecraft que aprovava a entrada dos EUA na guerra em prol da defesa da liberdade dos mares e da neutralidade. Quiçá pelo tipo de notícias que a imprensa estadunidense e britânica divulgassem, pois, em 1935, Crecraft publicou o livro *Freedom of the seas*, em que afirma:

Por terem se tornado tão hostil a Alemanha com relação ao submarino, os norte-americanos prestaram pouca atenção [...] ao argumento alemão de que a Grã-Bretanha estava travando uma guerra de fome contra a população civil e que o submarino era uma arma eficaz como instrumento de retaliação. [...] Pode acontecer que as práticas marítimas da Grã-Bretanha, quando vistas para aqueles que pagaram caro por elas no passado, possam, no longo prazo, parecer tão agressivas quanto as práticas alemãs de 1915 e 196 [...]. Os atos de agressão devem ser condenados, é claro, mas também os atos que provocam a agressão. (SONDHAUS, 2014, p. 313).

Niall Ferguson trata do bloqueio naval que, por sua vez, provocou a reação alemã na deflagração da guerra submarina alemã no desespero de destruir os navios de guerra britânicos para permitir o trânsito de navios mercantes aos seus portos e aos de países neutros. Ferguson ameniza a fome que provocou a deformação de bebês e crianças, além de mortes por inanição⁵ e sequer menciona a miséria a que chegou a Áustria, piorada com o boicote húngaro:

Em seu conjunto, é claro, o alemão médio sofreu mais que o britânico médio, pela simples razão de que na Alemanha a

renda *per capita* real diminuiu – em torno de 24% - durante a guerra, ao passo que a Grã-Bretanha aumentou. Como vimos, o bloqueio certamente reduziu o fornecimento de comida à Alemanha, não só diminuindo as importações de alimentos também, o que é mais grave, cortando o fornecimento de fertilizantes. (FERGUSON, 2014, p. 414)

Ora, não só a falta de nitrato prejudicou a produção agrícola, como também houve falta de matérias-primas para indústria alemã como algodão e lã para confeccionar o vestuário, além de couro bovino, principalmente para os calçados. Mas o historiador escocês contradiz-se pois:

Os alemães certamente passaram fome [...] Eles emagreceram: o nutricionista R. O. Neumann perdeu 19 quilos em sete meses alimentando-se exclusivamente da ração oficial. Mas não foram encontrados indícios de que alguém realmente tenha morrido de fome – muito menos o número fantástico de 750 mil (*sic*) ainda citado por alguns historiadores, quase sempre sensatos. (FERGUSON, 2014, p. 415)

E continua com suas contradições ao apresentar os seguintes dados: aumento da mortalidade feminina e 14,3 óbitos por mil para 21,6 por mil (de 1913 até o final da guerra), além das mortes por causa de partos e doenças pulmonares, ou seja, provocados por desnutrição. E mais, confirma mortes por *starvation*, ou seja, inanição que “Também houve um aumento no número de pessoas mortas por doenças do pulmão e um nítido aumento no número de mortes de mulheres em trabalho de parto.” (FERGUSON, 2014, p. 415).

As consequências sociais do bloqueio naval no cotidiano foram drásticas: afinal levaram a medidas extremas de racionamento alimentar, a doenças e finalmente, e à morte,

5 Apesar dos milhões que ainda morrem de subnutrição em países belicosos, não há conceito que expresse o assassinato por inanição – ou seja, inanicição, nutricídio ou famicídio.

decorrente da subnutrição que atingia principalmente doentes, crianças e idosos. Era uma fome não vivida na Europa (sem contar a Rússia em guerra externa (1914 a 1921), desde a Grande Fome na Irlanda de 1840. E nem incluo a Rússia em guerra externa de 1914 a 1917 e em guerra civil até 1921, quando o Exército Vermelho – comunista – venceu o Exército Branco – contra o movimento soviético.

A historiografia tradicional realça as baixas de soldados no front ocidental, no ar e no mar, mas silencia acerca do sofrimento dos civis nos Impérios Alemão e Austro-Húngaro, em geral mulheres, idosos e crianças, muitas órfãs de pais. E os civis sequer podiam contar com a ajuda de parentes e amigos no exterior, pois suas colônias na África foram isoladas, seus portos e entrepostos no Pacífico confiscados por americanos e ingleses; o legado: negociantes, trabalhadores e suas famílias isolados e sem recursos. Dependendo do país, antigos imigrantes ainda foram aprisionados em campos de confinamento, como, por exemplo, na Austrália. No Brasil, descendentes de alemães que contribuíram na construção do país sofreram restrições comerciais e, após 1917, empresários e firmas alemãs registrados nas Listas Negras tinham suas atividades laborais boicotados por brasileiros e estrangeiros, principalmente britânicos.

Como domino línguas estrangeiras, acesso artigos e fontes on-line com outras abordagens, mas que no Brasil são pouco conhecidos. O pensamento único imposto pela ótica simplista dos vencedores ainda prevalece nas academias, com sua temática repetitiva, padronizada e unilateral. É versão anglo-americana e francesa, quiçá por haver mais tradutores de inglês e francês, e menos do alemão, russo etc. Um dos exemplos é que poucos historiadores tratam das consequências do bloqueio naval em todo Mar do Norte e na entrada para o Mar Báltico, entre a população civil.

Afinal, eles enfatizam a ascensão de mais um império na disputa por espaços coloniais (embora já demarcados no Congresso de Berlim, 1888) e do perigo alemão diante do crescimento de sua indústria bélica. Quanto à guerra em si, eles enfatizam a frente ocidental com suas batalhas; as novas tecnologias como uso de tanques, por parte dos ingleses; submarinos, pelos alemães e aviões, por ambos, seguidos pelos norte-americanos.

ALEMANHA E A MARCA *MADE IN GERMANY*

Desde 1914, os aliados quiseram arruinar o comércio marítimo das potências centrais. Esperavam poder destruir os alicerces da sua economia. Quando se tornou claro que a guerra não seria ganha numa só batalha, sistematizaram a luta no plano econômico a fim de exaurir as fontes de abastecimento das potências centrais. A falta de matérias-primas e de produtos transformados ao fabrico de material de guerra levá-las a capitular, a menos que fosse ‘uma crise econômica suscitada pela penúria.’ (FERRO, 1993, p. 143)

Há séculos, o país Alemanha e seus alemães serviram como butim nas conquistas dos antigos impérios coloniais: territórios confiscados por potências vizinhas; súditos da Saxônia, governados pelo rei da Inglaterra, conscritos para lutar nas guerras coloniais do Império. Ou do Ducado de Hessen, tão empobrecido que seu governante vendia súditos ao Reino Unido para lutarem contra a independência das Treze Colônias. Durante onze anos de ocupação francesa (1804-1815), os alemães sofreram com saques e conscrições para o exército napoleônico. Em reação, o sentimento patriótico e a consciência deles serem uma nação, com língua e cultura

próprias, em comunhão com os prussianos e os austro-alemães.

A frustração de serem mantidos como confederação sem expressão diplomática externa, posto que não dispunham de um corpo diplomático a representar a Confederação Germânica, mas sim vários a representar cada um o seu Estado. Em 1834, a Prússia instituiu a União Aduaneira - *Zollverein*, ao determinar o fim das fronteiras alfandegárias e pedágios para fomentar o comércio interno, a produção industrial e a economia Confederação Germânica.

Em 1866, a governo prussiano em Berlim instituiu a Confederação do Norte da Alemanha, que ia do Reno à Prússia, formada, em geral, por províncias protestantes. Como resposta, no ano seguinte Viena uniu-se a Budapeste ao formar uma monarquia dual: o império Austro-Húngaro. Em 1871, a Prússia garantiu a soberania das províncias alemãs sob domínio da Dinamarca, da Áustria e da França, realizando a tão esperada unificação do Estado alemão, mantendo relativa autonomia dos Estados.

Unificado, o governo estatal padronizou a moeda, fomentou a integração comercial e a infraestrutura viária com vias marítimas e terrestres, inclusive ferroviárias e portuárias, de modo a baratear o custo do transporte. Também organizou uma frota mercantil e militar alemã, nada diferente dos países vizinhos, para intensificar o comércio exterior mediante circulação de bens e mercadorias, produtos de sua crescente industrialização. Ao contrário dos demais países industriais como Reino Unido e França, a Alemanha não dispunha de colônias e dependia do comércio com as nações latino-americanas para onde também exportavam a manufaturados.

No século XIX, a *City of London* defendia o liberalismo econômico, de modo

que Londres fomentou a independência de suas colônias hispânicas com apoio naval e ou financeiro. Por outro lado, dominava, mediante política canhoneira, o mercado no subcontinente indiano e a abertura da China ao seu comércio, dentre outras iniciativas impositivas e ilegais, como o tráfico de ópio. (CLYDESDALE, 2013, p. 172-175)

Enquanto isto, antigas casas comerciais alemãs haviam criado uma rede de negócios familiares pelo mundo para comprar matérias-primas no ultramar em troca de produtos da indústria alemã. Ao contrário dos países atlânticos e a exploração de suas colônias com trabalho escravo de negros e nativos, os alemães eram conhecidos pela qualidade dos produtos de seus trabalhadores. Industriais, engenheiros, técnicos e operários seguiram na mesma linha, destacando-se tanto na indústria pesada, da siderurgia e química, como da leve, tais como ótica, vidraria, instrumentos de precisão, ferramentas, etc. (FREYRE, 1971).⁶

Já os produtos franceses visavam ao mercado da moda e do luxo, os britânicos à produção têxtil – tecidos de algodão e lã. Ora, logo esses produtos eram adquiridos não só por imigrantes alemães no exterior, como também por ingleses e franceses em suas colônias, além de americanos, hispânicos e russos. Por serem de melhor qualidade, eles eram mais comprados do que os produtos vindos das metrópoles - França, Reino Unido, Holanda e, depois, Bélgica. Em termos econômicos e financeiros, a City regia o Império Britânico, administrava colônias e domínios ultramarinos. Em termos políticos, Londres, além de capital do Reino Unido, representava a hegemonia britânica, militar e financeira no mundo. Portanto, os ingleses

⁶ Conforme entrevista a jornalista Kadeh Ferreira para o documentário *Alemanha em nós*, projeto apoiado por Consulado da República Federal da Alemanha e Prefeitura do Rio de Janeiro em 2015.

exerciam domínio político direto; de forma indireta, econômico além de sociocultural, como na imposição do inglês como língua franca do comércio e da política internacional.

A Alemanha, cuja formação estatal somente aconteceu em 1871, sob liderança da Prússia, com território de 540.858 km², menor do que Minas Gerais, mal dispunha de recursos energéticos, matérias-primas suficientes para suprir a crescente produção industrial. As colônias conquistadas ao final do século correspondiam a 2.709,610 km² na África e 378.116 km² em enclaves no Extremo Oriente e Pacífico⁷. Também era necessário importar produtos alimentícios para complementar a dieta das populações dos grandes centros urbanos. Neste sentido, há aspectos ignorados pelos historiadores no tocante à política externa de Londres contra a produção industrial e, principalmente, o milenar comércio germânico. Negociantes britânicos incomodados com isto, em 1887 pressionaram o Parlamento Britânico a aprovar a seguinte lei: *The Merchants Marks Act required, for the first time, that the country of origin should be marked on any imported goods bearing the name or the trade mark of a UK manufacture.*

Esta obrigava os fabricantes, principalmente alemães, a informar a procedência da mercadoria ao consumidor cujas embalagens seriam marcadas com o aviso *Made in Germany* (e não *Hergestellt in Deutschland*). A expectativa dos negociantes britânicos era que seus súditos e colonos, supostamente patriotas, evitariam comprar produtos alemães. Entretanto, conforme dito popular, o tiro saiu pela culatra, pois houve reação contrária ao ditame, pois os

consumidores optaram pela qualidade dos produtos alemães, inclusive no Reino Unido (WILLAMS, 1896, capítulo homônimo).

Afinal, há séculos os produtos alemães, cuja tradição manufatureira e fabril remetia às corporações de ofício, eram famosos pela sua qualidade e tinham a preferência mundial. Quiçá, em resposta a esta tentativa de embargo econômico, o imperador alemão, em 1890, Guilherme II, declarou a *Weltpolitik* de um (e não o) lugar ao sol cuja política exterior visava a adquirir, manter e garantir mercados para o império.

A reação dos consumidores, contrária ao esperado, foi tamanha que Ernest Edwin Williams, um escritor galês, escreveu acerca disso no livro intitulado *Made in Germany*, publicado em 1896, seu único *Best-seller!* Nele, o autor remete à trajetória da educação na Alemanha, de suas escolas técnicas que aliavam teoria e prática, ao fato dos negociantes aprenderem a língua dos países em que abriram suas Casas de Comércio (de exportação e importação). Ou seja, Williams advertia sobre as falhas na escolaridade dos trabalhadores e na produção dos britânicos e até a má vontade dos súditos da rainha, inclusive cônsules, em aprender línguas estrangeiras e locais.

Com a maior frota naval do mundo – a *Royal Navy*, Londres pretendia aniquilar o recém fundado Império Alemão e riscá-lo do mapa, ou reduzi-lo, como o fez após as duas guerras mundiais, inclusive com a extinção final da Prússia em 1947⁸. Estes fatos têm sido omitidos na imprensa e por editoras britânicas de linha convencional e inclusive da *history from below*. Portanto, era oportuno declarar

7 Ao final da guerra, além de já ter perdido todos domínios ultramarinos (3.087.726 km²), os alemães ainda sofreram o confisco de 15% do território nacional, ou seja 78. 748 km²; além o Sarre, cedido durante 15 anos à França com direito a toda extração do carvão mineral.

8 Desde o fim da URSS e com a fim de seu domínio sobre o leste europeu, a província russa – Kalingrado, antiga capital da Prússia Oriental – Königsberg, situada entre Polônia e Lituânia, Estônia e Lituânia. Para ir à Rússia, seus habitantes ou passam por territórios estrangeiros ou seguem, via marítima, para São Petersburgo (antiga Leningrado).

guerra à Alemanha (não esperado pelo Kaiser, já que a família real descendia da casa alemã até mudar o nome para Windsor) e impor o bloqueio marítimo.

A Declaração de Direito de Guerra Marítima, acertada em Londres, em 1909, não foi assinada pelos declarantes, ou seja, um documento sem signatários apesar de pretender regular as condições do bloqueio naval em tempos belicosos. Ou seja, o ataque a navios de guerra era permitido, mas não aos mercantes, exceto se transportassem produtos para a indústria bélica⁹.

Desde sua luta contra o mercantilismo, Londres, a capital do comércio mundial no século XIX, defendia a economia liberal ditada segundo os seus critérios. Afinal, de fato o Império Britânico detinha poder marítimo pela frota mercantil e militar da *Royal Navy* a singrar Oceano Índico via Mar Mediterrâneo e Canal de Suez, assim como o Atlântico, rumo às suas colônias africanas e investimentos na América Latina. Além disso, no Império da Índia, vice-reino da Rainha Vitória desde 1877, o exército colonial garantia a força militar terrestre, junto com a naval.¹

BLOQUEIO NAVAL: DOENÇAS, INANIÇÃO E MORTE

O *Mail* havia fomentado uma campanha de ódio contra os 30 mil alemães que viviam na Grã-Bretanha no início da guerra – grande parte deles residentes de longa data, que consideravam o país seu lar. Consequentemente, as famílias haviam sido separadas e milhares de pessoas inofensivas tinham passado anos em campos de concentração britânicos. Era uma burrice, mas as pessoas precisavam de alguém para odiar

⁹ Tratado disponível em espanhol <<https://www.icrc.org/spa/resources/documents/misc/5tdm3a.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

e os jornais estavam sempre prontos para suprir esta demanda. (KEN FOLLET, 2014, p. 34)

Causa perplexidade a omissão de historiadores renomados, mas tendenciosos como Ferguson ou omissos, como Eric Hobsbawm, acerca do bloqueio naval imposto desde o inverno de 1915 pelo Almirantado britânico. Mas, em 1969, após tantas guerras das colônias contra a França, Marc Ferro publicou *A Grande Guerra – 1914-1918* com abordagem ampla, em que trata não só do aspecto político, mas também, das implicações socioeconômicas pois, para ele “[...] os Aliados quiseram arruinar o comércio marítimo das Potências Centrais e destruir os alicerces da sua economia de modo a exaurir as suas fontes de abastecimento.” (FERRO, 1993, p. 159)



Figura 2. Berlim: sopa para crianças fornecida pelo Exército da Salvação

Fonte: <<http://www.historyplace.com/worldhistory/firstworldwar/ger-salv-army-feed.htm>>. Acesso 10 maio 2014.

Então, Churchill, deu ordem para confiscar os produtos e alimentos de navios mercantes com destino a portos alemães e até de países neutros como Holanda, Dinamarca, Suécia:

Surpreendida pelas medidas que visavam a sua asfixia, não se inquietou nada nos primeiros tempos pois o comércio com os países neutros era suficiente para

assegurar o intercâmbio como ultramar. Contudo, quando os Aliados começam a querer controlar o comércio dos Estados neutros, verificou-se que a arma econômica podia ser fatal. Alemanha, no Mar do Norte e Áustria no Mar Adriático e Mediterrâneo, reagiram ao recorrerem à guerra submarina como arma preventiva. [...] O comércio marítimo desempenhava um papel capital na economia alemã; fornecia –lhe algodão, manganês, estanho, metais raros, gorduras vegetais e dez outros produtos necessários a uma indústria moderna e altamente competitiva. Para se reabastecer, a Alemanha apelou para aumentar o comércio com os países neutros. Estavam autorizados pelo direito dos povos a comerciar com os beligerantes, na condição de não se oporem à inspeção de um dos beligerantes, de não violarem um bloqueio e de não transportarem mercadorias de contrabando. (FERRO, 1996, p. 144).

Esse massacre de civis efetuado de maneira lenta e gradual, impôs escassez extrema e por inanição, atingiu principalmente crianças que, anêmicas, adoecidas, esmaecidas, sucumbiam à morte. Apesar desta prática comum em tempos de guerra, desconheço substantivo equivalente ao assassinato provocado por carência alimentar (*famicídio, inanicídio?*) como acontece a milhões de pessoas durante guerras civis e em países sob embargo econômico dos Estados Unidos. Seus políticos seguem a cartilha de W. Churchill, então Primeiro Lord do Almirantado que ordenou a política da inanição contra civis das Potências Centrais, principalmente a Alemanha, com a seguinte ordem: “*starve the whole population – and children, old and young, wounded and sound – into submission*”¹⁰.

10 <https://mises.org/library/blockade-and-attempted-starvation-germany> A política de inanição direcionada contra os civis das Potências (particularmente Alemanha), o plano

O Lord visava a impedir a chegada de matérias-primas para abastecer a indústria alemã, assim como alimentos, de modo a forçar a Alemanha e a Áustria alemã a capitularem devido à escassez alimentar. Era a guerra travada não contra forças militares, mas sim contra civis desarmados, principalmente mulheres, crianças e idosos. Ou seja, aplicaram a antiga política da canhoneira para impor o monopólio comercial britânico sobre antigas civilizações como Índia e China. Prática que continua vigente mediante a imposição dos Estados Unidos de embargos econômicos sobre nações consideradas inimigas. Para Londres, apesar da ortodoxia dita liberal, tal medida significava acabar com a concorrência da indústria e do comércio germânico.

Em quatro de agosto, a declaração de guerra de Londres a Berlim surpreendeu o Kaiser devido à identidade como país anglo-saxão e protestante, além do parentesco entre as dinastias. A seguir, o governo britânico publicou o *Allien Enemy Act*, em que mandou confiscar os bens e aprisionar pais de família alemães ou mesmo seus descendentes, relegando-os à miséria e pior, ao ócio forçado. Ciente de que a Alemanha dependia do comércio exterior até para alimentar a sua população, mal a guerra começou no verão de 1914, justamente no inverno de 1914-15, o governo britânico iniciou o bloqueio naval contra a circulação no Mar do Norte, de qualquer bandeira de todos navios mercantes com destino aos portos alemães. Depois, também cerceou portos neutros como holandeses e escandinavos que reembarcavam parte da carga para abastecer o mercado alemão. Além disso, Londres passou a declarar várias mercadorias, inclusive alimentos, como

que visava, segundo Winston, 1º. Lorde do Almirantado num dos quadros do esquema, admitiu (fazer) “morrer de fome toda a população – crianças, velhos e jovens, feridos e saudáveis – até a (sua) submissão”. (tradução da autora). Acesso em: 20 abr. 2015.

contrabando para justificar a detenção e o confisco do carregamento desses navios.

Em reação, a guerra submarina alemã foi incapaz de arruinar com a força da Royal Navy, inclusive porque o embargo econômico prejudicou e quase estagnou as indústrias alemãs e de países do leste europeu. Além disso, cortava o fornecimento de alimentos e de fertilizantes para a agricultura para prejudicar a população civil. A Alemanha, por sua vez, abastecia a Europa Central, de modo que a escassez e a fome atingiram principalmente a Áustria, a ponto de haver saques em suas capitais e nas principais cidades germânicas. Alemanha, em meados de 1916:

Devido à falta de adubos, a colheita de cereal baixara em mais de um terço, o consumo de carne em dos terços e as importações de cobre em cinco sextos. A baixa progressiva dos abastecimentos em algodão levou a uma queda no fabrico dos têxteis; a invenção do *Ersatz* (substituto) tal como o tecido de celulose, não conseguia detê-la. Em 1918, a crise do vestuário era considerada ainda mais grave do que com a alimentação. (FERRO, 1969, p. 147).

Em consequência, o inverno de 1916-17 foi conhecido como o dos nabos, devido à escassez de batatas, trigo e alimentos essenciais para a nutrição; enquanto isto, o Reino Unido dispunha de colônias e domínios para abastecê-la, além da maior frota bélico-mercantil do mundo:

De todos os países em guerra, a Alemanha foi o primeiro a conhecer a escassez e o que organizou, de modo mais sistemático, o racionamento para a população [...] A Inglaterra, pelo contrário, nunca teve necessidade de racionar senão alguns produtos originários de além-mar como café e manteiga. A França conheceu o racionamento de carne,

açúcar, etc. mas, as classes populares não chegaram a sofrer de subalimentação, como na Áustria e na Rússia. Na dupla Monarquia a Hungria não conheceu grandes dificuldades, o mesmo já não se passando na Áustria nos países eslavos ou no próprio exército, particularmente mal alimentado. (FERRO, 1993, p. 162).

Em tempos de conflitos bélicos, é comum os governantes imporem o racionamento de combustíveis e alimentos para compensar os seus altíssimos custos com equipamento, manutenção e transporte das Forças Armadas. Logo, eram e ainda são os civis quem mais padecem; na ausência de pais e maridos, as mulheres costumam a acumular dupla jornada, fora e dentro de casa: “Nas classes populares das cidades alemãs e austríacas, as mais atingidas pela escassez, as mulheres ficaram sujeitas à supressão do período menstrual, acompanhado, salvo raras exceções, por esterilidade temporária.” (FERRO, 1993, p. 162).

Mães sofriam com a sua fome e a de seus filhos durante o inverno de 1915 até o verão de 1919, pois os Aliados condicionaram o fim do bloqueio à assinatura, pela delegação alemã, do Tratado de Versalhes, conhecido como o da Paz. Além do mais, como salientou John M. Keynes, que participou na comissão econômica, os vencedores ignoraram a importância da economia alemã inclusive na Europa Central e quem sabe, também escandinava:

O sistema econômico alemão existente antes da guerra dependia de três fatores principais 1) do comércio ultramarino representado pela sua marinha mercante, suas colônias, seus investimentos estrangeiros, suas exportações, e as ligações dos seus comerciantes com o exterior; 2) a exploração do seu ferro e carvão, e as indústrias baseadas nesses produtos, 3) seu sistema de transporte e suas tarifas. [...] Ora, o Tratado busca a destruição sistemática dos três, mas

principalmente dos dois primeiros. (KEYNES, 2012, p. 43).

Bloquear as importações para a Alemanha privava de alimentos, assim como de matérias-primas para suas indústrias não só seu povo à subnutrição prolongada, à má-formação e até à morte, como também os demais povos nas várias nações do Império Austro-Húngaro e do Otomano

Antes da guerra Alemanha produzia 80 % de alimentos para suprir nutrição necessária. Mas grande parte dos fertilizantes químicos era importada e os países neutros não supriam tal déficit. Os países neutros não tinha como dar conta desta deficiência. A capacidade agrícola era prejudicada, pois o mais o nitrato também era usado para produzir munições. Assim, o solo deteriorou, as colheitas diminuíram, e o que vingava era menos nutritivo. O cerco aumentou em 1915; em 1917 a má nutrição extrema entrou para a fase da inanição e as principais vítimas eram as classes mais pobres, os doentes, os idosos e as crianças. (MARSHAL, 1987, p. 215)¹¹.

Elfriede Kuhr que, no início da guerra tinha doze anos, experimentou, na fome cotidiana a piora alimentar durante a guerra e no início ajudava a avó voluntária da Cruz Vermelha a preparar sanduíches com salsicha e café para os soldados cansados. Ao final do conflito, auxiliava numa enfermaria de

11 On the home front, her critical deficiency was not so much foodstuffs as chemicals. Prior to the war, the Germans had produced more than 80 per cent of their dietary needs. But the great part of their chemical fertilizers had come from abroad. The neutrals to which Germany had access could not take care of this deficiency. German plant capacity couldn't do it because the nitrates were also needed by the munitions plants. So the soil deteriorated, crops fell of, and what was grown became less nourishing. [...]. Belt-tightening began in 1915. By 1917 extreme malnutrition had phased into starvation, the chief victims being the poorer classes, the sickly, the aged, and the children. (Trad. da autora)

bebês subnutridos e que tendiam a morrer de fraqueza, pois não havia leite materno nem animal para alimentá-los, substituído por água de arroz ou do cozimento de batatas. Além do mais, os substitutos não repunham os nutrientes para uma alimentação saudável, em que devem constar proteínas das carnes, amidos dos cereais e vitaminas de frutas e legumes, como relata:

Havia substitutos para tudo. Café que não é café, alumínio falsificado, imitação de borracha, bandagens de papel, botões de madeira. A inventividade pode até parecer impressionante, mas o mesmo não pode ser dito dos produtos dela resultantes: tecido feito de fibra de urtiga e celulose; pão feito de uma farinha mista de cereais, batata, feijão, ervilha, trigo-sarraceno e castanha da Índia (que só se torna palatável alguns dias depois de assado); cacau feito de ervilhas torradas e centeio, com adição de alguns condimentos químicos para dar um gosto parecido; carne feita de arroz amado, cosido em gordura de ovelha (enfeitada com osso falso, de madeira); tabaco feita de raízes e casca de batata seca, sola de sapato feita com pedaços de madeira. Existem 837 preparados aprovados para substituir a carne na fabricação de salsichas e 511 substitutos de café registrados. As moedas de níquel foram substituídas por moedas de ferro, as caçarolas de alumínio por painéis de ferro, as telhas de cobre por telhas de flandres. O ano de 1914 foi substituído pelo de 1918, no qual tudo é mais frágil, mais fino, menos resistente. Produtos de mentira para um mundo de mentira. (ENGLUND, 2014, p. 428).

Para piorar a situação, as forças navais britânicas deveriam impedir não só a passagem de navios mercantes da Tríplice Entente como também daqueles vindos de países neutros como Argentina, Brasil e os EUA. E, com o tempo, até mesmo nações europeias que

também mantiveram neutralidade, tal como Holanda e Dinamarca, tiveram seus portos como Rotterdam e Copenhagen vigiados pela potência britânica. O governo londrino seguisse o exemplo de seu antigo inimigo, Napoleão Bonaparte, que havia imposto o bloqueio nos portos continentais de modo a prejudicar não só o comércio inglês como arruinar os burgueses em nome da revolução. A situação também era precária entre os soldados alemães, conforme atesta o historiador inglês:

O soldado (alemão) admitiu sem reservas que a guerra estava perdida mas, como todos os outros alemães com quem falava, ele culpava o bloqueio da Marinha Britânica, e não o fracasso militar em campo de batalha, pela derrota de seu país. De fato, os alemães estavam tão desequipados que tomaram o traje de voo de Coles, antes de leva-lo para o Hospital. Seu capacete, suas joelheiras e suas bota forradas de pelo de carneiro também foram levadas, para serem usadas por pilotos alemães, que já não tinham mais nenhum desses equipamentos. Faltando-lhes sabão, borracha, pano e todos os tipos de metal, sem falar de alimentos e combustíveis, os alemães não tinha o menor escrúpulo em se apossar de tudo que precisassem. (BEST, 2009, 163-164).

Uma questão fulcral, praticamente omitida, de propósito ou por ignorância mesmo, é a questão do novo recurso energético, o petróleo e seus derivados para incrementar a *Royal Navy*. Churchill reconhecia a sua eficácia ao encomendar novos navios de guerra não mais com máquinas a vapor movidos a carvão, mas sim com motores a combustão abastecidos

com petróleo. O transporte em tanques e abastecimento eram mais fáceis e rápidos de serem feitos, inclusive por menos homens, do que com as pesadas pedras de minérios de carvão. Além do mais, poderia ser realizados em alto-mar, de um para o outro navio, livres do abastecimento em portos de países aliados. Interessante que, um século depois, aeronaves militares são abastecidas em movimento sem necessidade de aterrissagem, o que favorece a ofensiva na guerra aérea.

EUROPA PÓS-1919: DIVIDIR PARA DOMINAR

No Tratado de Versalhes, os vencedores decidiram dividir a Alemanha, diminuir o território austro-húngaro e fragmentar o leste europeu, formando o Cordão Sanitário contra as guerras civis na Rússia após a Revolução de 1917. A antigos impérios europeu, foram concedidos mais domínios às custas do extinto Império Otomano: ao francês os protetorados do Líbano e da Síria, o em função de investimentos e da tradição comercial com essa região. Aliás, até hoje a República detém colônias em ilhas oceânicas, além de territórios ultramarinos como a Guiana Francesa na América Latina.

Além disso, antigos impérios ultramarinos de Portugal e Holanda mantiveram vastas colônias, respectivamente, na África e na Indonésia, até a segunda metade do século XX. Na França, a revanche em reaver a Alsácia e Lorena, além de anexar a rica região mineral do Sarre, onde os alemães haviam construído uma gigantesca usina siderúrgica ao final do século XIX, a maior do continente.



Figura 3. Mapa da Europa segundo Professor Marcelo Dantas, os domínios conquistados no Oriente Médio pelo Império Britânico e o Francês¹²

Nesta região fronteira, a guerra era iminente, e os alemães que haviam sido súditos e servos durante séculos para alguns dos reinos vizinhos, receavam voltar àquela condição. Não foi a sorte da região noroeste da Alsácia e Lorena, retomada sem plebiscito, pois o governo francês temia que seus antigos súditos optassem pela Alemanha. De fato, após a derrota alemã, o Sarre passou temporariamente à França, até

que, em plebiscito, seus antigos habitantes escolheram voltar a ser o que eram desde o Sacro Império, alemães.

O Reno foi ocupado pela segunda vez, a primeira por Napoleão, com alemães a trabalhar em regime de semisservil para os franceses nas minas de carvão. Entretanto, as maiores perdas territoriais aconteceram no Front Oriental para o antigo império Habsburgo e o jovem império Hohenzollen. A Áustria foi reduzida ao reduto alemão situado a oeste, entre Itália, Alemanha e a atual Eslováquia, com a perda do seu único porto naval no Mar Adriático com acesso ao Mediterrâneo e aos oceanos Atlântico

¹² Onde antes havia três impérios foram reduzidos para formar três bálticos do russo, cinco do império austro-húngaro, com perdas territoriais da Áustria-Hungria e Alemanha para Itália, Tchecoslováquia, França e Polônia, com as menores decididas por plebiscito. A partilha do Oriente Médio deu-se entre França e Reino Unido – leia-se Canal de Suez, então a via do comércio britânico com o Oriente. Fonte: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1f/FR-WW1-1920.png>> Acesso em 15 de abril.

(Gibraltar) e Índico (Suez), ambas saídas controláveis pelos britânicos.

A iena, chegaram os funcionários públicos de fala alemã - civis e militares emigrados das antigas províncias austro-húngaras, despojados de seus cargos no novo regime republicano. Negociantes e empresários austro-alemães que não se adequassem aos novos governantes também tiveram prejuízos, pois, da noite para o dia, o alemão deixara de ser a língua oficial, substituída pela húngara ou por alguma das eslavas. A Alemanha teve partes de seus territórios confiscados pela França, Bélgica, Dinamarca, Polônia em disputa com a antiga Tchecoslováquia. Ainda mais grave foram as perdas para a Prússia, da antiga cidade hanseática e portuária de Danzig e do território da Prússia Ocidental e Oriental, isolada pelo território polonês situado entre ambas.

Além disto, confisco de trens, maquinários, navios, submarinos, ocupação do Sarre e do Reno, uso da mão de obra alemã para extrair carvão, além de indenizações bilionárias, cujo pagamento foi suspenso durante o nazismo e pós-guerra, mas juros pagos pela Alemanha Ocidental até outubro de 2010... A sua situação geopolítica, entre impérios marítimos (França, Holanda e do outro lado do Canal da Mancha, Reino Unido) e terrestres (o da Rússia expansionista e do Império Otomano em retração) era oposta ao Reino Unido, uma ilha com saída para todos os mares.

Em 1919, o jovem economista John M. Keynes, que participara da Conferência de Paz como representante do Tesouro na delegação britânica, afastou-se por discordar do tratamento dos vencedores com a delegação alemã. No mesmo ano, ele publicou o livro *As consequências econômicas da paz*, preocupado com a instabilidade socioeconômica na Europa Central, decorrente da desordem econômica provocada pelo bloqueio naval

(mantido até junho quando da assinatura do Tratado de Versalhes), conforme constatado pelos membros do Conselho Econômico Supremo que, em Paris “[...]recebiam quase a cada hora relatos sobre a miséria, a desordem e a desorganização de toda a Europa Central e Oriental [...] e ouviam dos representantes financeiros da Alemanha e da Áustria o testemunho da terrível exaustão dos seus países”. (KEYNES, 1919, p. 4).

Em abordagem macroeconômica, Keynes ponderou a importância da supremacia industrial alemã na Europa Central e do Leste, com criação de empregos e ampliação de mercados, posto que não só vendia como também comprava matérias-primas e alimentos dos países vizinhos. Tal concorrência afetava menos o Reino Unido, respaldado pelo seu vasto império ultramarino que a França que, embora também dispusesse de várias colônias, perdera sua influência sobre o continente desde a derrota nas guerras napoleônicas.

Tal quadro se afirmou com a formação tardia da Pequena Alemanha, um novo Estado alemão, parte do mosaico de Estados germânicos. O maior e mais antigo era o Império Austríaco e o mais novo, Luxemburgo, além de regiões alemãs em países vizinhos como Suíça, Bélgica, Dinamarca, além do Principado de Lichtenstein¹³. Interessante notar como uma nação, formada por negociantes, artífices, músicos, escritores e artistas em geral, havia se transformado no maior país industrial da Europa Central – leia-se o império alemão e o multiétnico austro-húngaro, ainda com saída para o Mar Adriático, ambos limítrofes do gigantesco império territorial da Rússia.

13 Neste sentido é interessante notar como francês somente é língua oficial na França e em parte da Bélgica e Suíça; e segunda língua em Luxemburgo. Até a 1919, alemão era língua franca e científica da Europa Central (graças ao Império Austro-Húngaro) e nos países escandinavos e na Rússia, além dos países já referidos.

Com a entrada tardia dos EUA na guerra e a presunção utópica do presidente W. Wilson de, mediante um órgão internacional, manter a paz no mundo, o isolamento do Reino Unido e o espírito de vendeta da França, a guerra civil na Rússia, os grandes Aliados, França, Reino Unido e EUA, não se preocupavam com o destino da Europa Central.

O perigo que enfrentamos na Europa, portanto, é a rápida queda do padrão de vida, até um ponto em que parte da população passe fome (situação a que já se chegou na Rússia e de certa forma também na Áustria). Nem sempre as pessoas aceitam morrer de fome em silêncio: algumas são dominadas pela letargia e o desespero, mas outros temperamentos se inflamam, possuídos pela instabilidade nervosa da histeria, podendo destruir o que resta da organização social, e submergindo a civilização com suas tentativas de satisfazer desesperadamente as necessidades individuais. (KEYNES, 1919, p. 158).

O economista também previu suas consequências na formação de governos autoritários, de fato, aconteceram, inclusive nos jovens Estados do leste Europeu, desmembrados dos impérios germânicos e húngaros. A Rússia, saída do conflito em 1917, entrou numa guerra civil que só terminou quatro anos depois, culminando com quase setenta anos de regime totalitário. Na Itália, para surpresa de Lênin, o ex-comunista Benito Mussolini fundou o primeiro partido fascista em 1922, com mais de duas décadas no poder. Na Alemanha, mesmo sob uma inflação dantesca, a democracia social manteve-se até 1933, sucedida pelo nacionalismo socialista mantido por doze anos, dos quais, seis em guerra.

A Espanha, o único país neutro durante a Grande Guerra, sofreu o embate entre o regime franquista e os social-democratas – vencedor, o ditador Francisco Franco

governou durante trinta e seis até que morresse, em 1975. E seu país vizinho, Portugal, 1933, Antonio de Oliveira Salazar instituiu a Estado Novo e seu sistema autoritário, o salazarismo que perdurou até 1974. Interessante que poucas nações defensoras da democracia e do liberalismo não intervieram contra os ibéricos e ainda se aliaram a Stálin. Por outro lado, em meados do século passado, a França travou guerras contra os rebeldes de suas colônias, principalmente Indochina e Argélia.

No Brasil, pouco sabemos acerca desses regimes autoritários com seus sistemas de repressão violenta e campos de trabalho forçado, nem dos embargos que os povos coloniais possam ter sofrido, tal como fez Londres contra as Potências Centrais e os Estados Unidos fizeram contra Cuba e ainda o fazem contra o Iraque. Fato é que guerras ainda costumam ser tratadas do ponto de vista militar, mas deveriam ser abordadas as questões comerciais, como bloqueios navais e isolamento internacional; e sociais, o difícil cotidiano dos civis durante a economia de guerra.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A complexa trajetória geográfica e histórica da formação do Estado alemão teve implicações que explicam os primórdios da Grande Guerra, e que permaneceram e se estenderam até a Reunificação em 1990. Afinal, até então, a nação estava à mercê dos impérios civilizatórios, cujo sangue, suor e trabalho serviram, até vinte cinco anos atrás, a interesses e necessidades de potências mais antigas, bem maiores e ricas do que ela¹⁴. Ademais, até o fim da Guerra Fria (1947-1990), a tendência da historiografia tem sido apresentar a versão dos vencedores, e

14 Aliás, ao contrário do Brasil que teve seu território aumentado em cerca de 2/3 em relação ao Tratado de Tordesilhas, Alemanha perdeu 1/3 do território desde a unificação, em 1871.

somente das potências aliadas ocidentais, principalmente USA e Reino Unido.

Na França, as abordagens da Escola dos Anais enfatizam o medievo (Duby, Bloch), o período moderno (Febvre, Braudel) e a vasta historiografia referente à Revolução Francesa e à conturbada e belicosa Era Napoleônica (1799-1815). Como aqui mal chegam publicações acerca da história francesa no século XX, não é por acaso que, após 1945, a Escola dos Anais difundiu uma outra historiografia com novas abordagens e objetos de estudo, com ênfase na social e cultural, e das mentalidades.

Era uma forma de omitir a metade da nação francesa - A República de Vichy, comprometida com o fascismo, favorável à ocupação alemã na França, cujos franceses colaboraram com a tortura e prisão de

dissidentes e da deportação de judeus a campos de concentração. Além da brutalidade nos conflitos deflagrados contra os rebeldes em suas colônias na África e na Ásia. Afinal, após terem lutado contra o Eixo, supostamente a favor da democracia francesa, também não queriam mais ser colonizados pelos franceses.

Também basta a abordagem da guerra somente do ponto de vista militar e político, raramente do econômico e menos ainda do social, ou seja, o sofrido cotidiano dos civis. Se é para dar voz, que seja também a vencidos, humilhados, aprisionados durante e após os conflitos. Basta de história supostamente cultural, a tratar de detalhes que não dão sentido à história nem às nossas vidas. Há alguns anos libertei-me das amarras de certas pesquisas acadêmicas e procuro inovar a cada nova pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEST, N. **O maior dia da história**. Como a I Guerra Mundial realmente terminou. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CLARK, C. **Os sonâmbulos** – como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Trad. Berilo Vargas e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLYDESDALE, G. **Cargas**: cComo o comércio mudou o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FERGURSON, N. **O horror da guerra**: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Planeta, 2014.

FERRO, M. **A Grande Guerra**: 1914-1918. Trad. Stella Lourenço, Lisboa: Edições 70, 1990.

FOLLET, K. **Queda de gigantes**. São Paulo: Arqueiro, 2010.

FREYRE, G. **Nós e a Europa germânica**. São Paulo: Grifo, 1971.

FRIEDDRICH, J. **Der weg na Versailles**. Propyläen Verlag, 2014.

ENGLUND, P. **A beleza e a dor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HASTINGS, M. **Catástrofe – 1914: a Europa vai à guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília, Ed. UnB, 2002.

MARSHALL, **World War I**. New York: American Heritage, 1987.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial**. Historia Completa. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTE

WILLIAMS, E. E. **Made in Germany**. 4 ed. London: William Heynemann, 1896.

ARTIGOS ON-LINE

The blockade of Germany. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/pathways/firstworldwar/spotlights/blockade.htm>>.

The British blockade during World War I: The Weapon of Deprivation. Disponível em: <<http://www.studentpulse.com/articles/899/the-british-blockade-during-world-war-i-the-weapon-of-deprivation>>.

ANN: H-German forum - First World War -Afflerbach (December 2014). Disponível em: <<https://networks.h-net.org/node/35008/discussions/55018/ann-h-german-forum-first-world-war-afflerbach-december-2014>>.

Recebido em: 20 de agosto de 2015

Aprovado em: 20 de outubro de 2015